

Artigo

Uma vista do interior: perspectivas da luta antirracista das mulheres negras brasileiras da cidade de São Paulo

Marina Oliveira Barbosa

Mestre em História da Arte (UNIFESP) e Doutoranda em Antropologia Social (USP)

Resumo: O presente artigo busca analisar a trajetória política de mulheres negras na luta antirracista na cidade de São Paulo, e como esses movimentos espiralares da história possibilitaram a construção de um corpo de luta e resistência da autora, negra, mulher, paulistana, pesquisadora e amante do movimento, enquanto instrumento de transformações sociais dos espaços. Dessa forma, a partir da auto antropologia busca-se observar e sentir a cidade em suas complexidades, relacionando-as com as singularidades e subjetividades de corpos femininos negros da história e suas relações materiais, educacionais e situações simbólicas alcançadas e agora reverberadas na atual contemporaneidade.

Palavra-chave: mulheres negras; luta antirracista; cidade de São Paulo.

A view from inside: perspectives of anti-racist struggle by brazilian black women city of São Paulo

Abstract: This article seeks to analyze the political trajectory of black women in the anti-racist struggle in the city of São Paulo. And how these spiral movements of history made possible the construction of a body of struggle and resistance of the author, black, woman, from São Paulo, researcher and lover of the movement, as an instrument of social transformation of spaces. Thus, based on self anthropology, we seek to observe and feel the city in its complexities, relating them to the singularities and subjectivities of black female bodies in history and their material, educational relationships and symbolic reverberations achieved in the current contemporaneity.

Keyword: black women; anti-racist struggle; Sao Paulo City.

Caminhar pela cidade de São Paulo é um desafio diário, caminhar por São Paulo, sendo mulher, é um desafio duplo e, sendo mulher preta, torna-se um desafio triplo. O Atlas da Violência no Brasil³⁸, relativo a 2018, constituído a partir de dados do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, aponta que, uma mulher foi assassinada a cada duas horas o que totaliza o número de 4.519 mil mortes. Com uma redução de 8,4% de assassinatos entre os anos de 2017 e 2018, os números são nítidos ao revelarem que não há o que se comemorar. Para além de uma ínfima queda dos números da violência, demonstrando urgência de discussão sobre o assunto, a redução de homicídios carrega outra problemática, contempla apenas mulheres brancas. Em relação às mulheres negras, a pesquisa revela que entre 2008 e 2018 a taxa aumentou em 12,4%, o que indica ampla desigualdade racial no país, comprovando, portanto, a manutenção da letalidade sobre corpos negros.

Segundo o IPEA, temos uma marca de 68%, ante o número total, de mulheres negras assassinadas, isto é, uma taxa de 5,2% de mortalidade em 100 mil habitantes. Já a taxa de mortalidade de mulheres não negras apresenta o número de 2,8/110mil habitantes - menos que o dobro em relação ao primeiro grupo. Não quero com isso reduzir a problemática de ser mulher em um mundo patriarcal, machista e nem tampouco fragmentar a luta feminista. Contudo, considero importante ressaltar, que, em nossa sociedade, as mulheres brancas e negras não são tratadas da mesma forma e isso não somente em relação à violência, mas também à escolaridade, renda, situação empregatícia³⁹ e afetividades. Essas indicações evidenciam que não é possível realizarmos um debate profundo e honesto acerca de gênero se desconsiderarmos a questão étnico-racial.

Devido a isso, ênfase que a reconstrução do meu caminhar está assentada em três pontos que considero importantes e interdependentes, não podendo, dessa forma, ser entendidos isoladamente. Primeiro ponto: o ato de caminhar, para mim, é sempre um prazer, pois poder respirar a rua é um exercício criativo, sensível e faz com que me sinta pertencente a diferentes espaços. Segundo ponto: caminhar, enquanto mulher requer muita atenção, pois certas violências cotidianas e constantes são oriundas do machismo e da misoginia. Terceiro ponto: caminhar politicamente, enquanto mulher negra e pesquisadora, requer coragem, pois é preciso ter uma voz

³⁸ Os dados estão disponíveis em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em 30 de jul. 2021.

³⁹ De acordo com a pesquisa realizada pelo Departamento Interindustrial de Estatística e Estudos Econômicos – DIESE - a partir de dados do IBGE, o ano de 2020 intensificou a diferença empregatícia entre a população branca e negra. A crise sanitária causada pela COVID19, aumentou a porcentagem de desemprego em contexto geral, contudo, acentuada racialmente. Não obstante, antes da pandemia a colocação empregatícia da população negra já apresentava inúmeros obstáculos demarcando a discrepância racial nas colocações e exclusões pelo mercado de trabalho. Alguns números podem ser vistos em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimEspecial03.html>. Acesso em 30 de jul. 2021. Já em relação a base salarial, pode-se afirmar que mulheres negras recebem menos que todos os outros grupos, a saber homens e mulheres brancas e homens pretos. Os dados apresentados no Jornal Nexo explanam a situação e podem ser consultados em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/11/13/A-desigualdade-racial-do-mercado-de-trabalho-em-6-gr%C3%A1ficos>. Acesso em 30 de jul. 2021

ativa para se defender, cobrar, exigir e exercer os direitos duramente conquistados, fazendo com que até um simples passeio pela cidade seja um ato feminista e antirracista.

Em relação a estes três pontos, lembro-me de uma cena do documentário *Daquele Instante até Hoje*⁴⁰, sobre a vida e trajetória artística do cantor e compositor Itamar Assumpção, no qual sua filha Serena Assumpção conta que, ao perguntar ao pai sobre o movimento negro, ele balançava todo o corpo e dizia: “eu sou o movimento negro”. Identifico-me com essa concepção de movimento em que meus passos são um levante político negro e, mesmo que queira me desvincular da política, o ato de movimentar-me, ir de minha casa até a esquina, já pode ser considerado um ato político, pois não estar trancafiada é, de certa forma, uma afronta ao racismo diário. Circular com meu corpo negro nos espaços urbanos é resistir às imposições e às segregações do racismo, pois me faço presente em locais que, inclusive, não foram pensados para mim, como é o caso da Universidade. Sendo assim, ser uma mulher negra e acadêmica constitui um contraponto a uma lógica social que busca impossibilitar o acesso democrático à educação superior no país.

Os anos 2000 concretizam resultados importantes das lutas e pressões sociais no que concerne a ampliação de vagas no Ensino Médio e nas Universidades públicas e privadas. As novas formas de ingressos para o Ensino Superior como o sistema da lei de cotas⁴¹, ENEM e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), foram políticas educacionais que sem dúvida ocasionaram uma expansão da educação superior no país.

As cotas raciais passaram a ser um direito constitucional em 2012, contudo, vale lembrar que desde os anos 2000 a Universidade Estadual do Rio de Janeiro já aplicavam tal política. E para Nilma Lino Gomes, professora e ex-ministra do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos do governo petista de Dilma Rousseff, as cotas podem ser entendidas como uma ação democrática, e que a partir delas é possível visualizar e praticar as pluralidades, ou seja, são instrumentos de lutas antirracistas e medidas políticas para correção e superação das desigualdades raciais do país.

Este período combina com minha entrada na Universidade de São Paulo⁴². Contudo, à época, a universidade sem aderir aos sistemas de ações afirmativas para novos ingressos, revelou a mim a branquitude acadêmica, pois circulava espaços e ocupava uma cadeira na sala de aula sendo

⁴⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=be2n1tpjff0>.

⁴¹ É importante salientar que um dos fatores principais para o aumento de alunos negros nas Universidades, principalmente as Federais se deu devido as ações afirmativas, como a lei de nº 12.711, lei de cotas raciais, por unanimidade, consolidadas constitucionalmente em 2012; sua vigência foi capaz de revelar, fomentar e construir um outro cenário racial nas instituições do Ensino Superior Público brasileiro.

⁴² É importante salientar que a Universidade de São Paulo passou a adotar as cotas raciais para pretos, pardos e indígenas no sistema de ingresso dos cursos de graduação apenas em 2018. E meu ingresso na Universidade se deu em 2012.

a única mulher negra de uma turma de aproximadamente 100 alunos, acompanhada apenas por mais dois homens pretos.

Encomendada pela Revista Quero Bolsas, a pesquisa sobre a entrada de alunos pretos e pardos nas Universidades brasileiras apresentou um acréscimo relevante de alunas e alunos negros nas Universidades nesses últimos anos. Contudo, esse número não é equânime à nossa realidade populacional. Com levantamento de dados do IBGE - Instituto brasileiro de Pesquisa e Geografia, a pesquisa mostra que entre 2010 e 2019 houve um crescimento de 400% de alunos negros nos cursos superiores, o que mesmo sendo um número aparentemente alto, temos uma porcentagem de 38,15% de matriculados negros, ou seja, um número ainda abaixo de uma representatividade negra.

Sem cair na malha sobre a permanência destes estudantes no espaço acadêmico, assunto o qual não pode ser ignorado e que discutirei com mais profundidade em outro momento, gostaria de pontuar que meu corpo contraria estruturas racistas e persiste no espaço universitário. E mesmo com inúmeras dificuldades, considero que meus passos foram largos e o meu caminhar um ato revolucionário, pois é inegável que a Universidade ainda é um território restrito para a população pobre, principalmente preta e, logo, restrita a mim.

O ato de caminhar, sendo uma negra, estudante e feminista, (re)significa o meu status diante de estruturas discriminatórias, me anuncia e enuncia meu lugar de fala no mundo. Coloca-me na posição do “eu” tão bem trabalho por Krada Kilomba (2019). Isto é, memória, continuidade e vida que será contada por mim, pois dessa vez não serei o “outro”, objeto estudado, desenhado e descrito por olhares externos e sem sentimento real do que é ser vestido por uma pele negra. A consciência subterreneizada, se eleva, e o trauma do racismo apontado por Krada ao trazer Frantz Fanon (KILOMBA, 2019. p. 40) em seu texto ganha traços conscientes e de valorização da história, capacidades e riquezas em escrever mais um diário de guerra e paz assim como Carolina Maria de Jesus⁴⁵.

Registro, nesse artigo, algumas singularidades das mulheres negras, principalmente daquelas de minha classe social, oriundas de famílias trabalhadoras e moradoras de bairros populares. Dessa forma, por entender que minha percepção sobre a academia está imbricada em minhas posições políticas, considero que a presença e o movimento do meu corpo conscientemente negro em um ambiente historicamente excludente não apenas questionam esse espaço, mas também se propõe a reconstruí-lo, ao me afirmar como uma sujeita de conhecimento e de

⁴⁵ Maria Carolina de Jesus (1914-1977) mulher negra, escritora, poeta, escreveu o livro *Quarto de despejo: Diário de uma favelada*, e outros, onde conta o seu cotidiano em como é ser mulher, preta, pobre e favelada na cidade de São Paulo.

resistência, e não como um indivíduo coisificado e hiperssexualizado, como dita o imaginário racista.

Com isso, retorno a ideia de saberes localizados de Donna Haraway (1995), onde a construção da objetividade é parcial. E que todos os olhares advêm de um corpo e, portanto, toda visão é corporificada. Por isso, exige-se dela uma posição a qual a localiza tanto social quanto politicamente. A importância de me localizar no espaço e território, me faz espaçóloga⁴⁴ e, sendo eu, mulher negra de pele clara, me sinto na necessidade em discutir o assunto de forma a demonstrar as feridas do racismo e suas complexidades a partir da cor. Um mergulho raso, mas necessário para compreensão e extensão sobre o circundear da descolonização do olhar, cuidar e nos aquilombarmos visto que negras somos, negros seremos diante qualquer sociedade e olhares brancos.

Virginia Leone Bicudo (2010) afirma que o fato de alguém ascender socialmente, seja por meio dos estudos ou do trabalho, não apaga as marcas e as distinções sociais relacionadas à cor da pele dessa pessoa. A autora evidencia tal fato em uma pesquisa pioneira, realizada na cidade de São Paulo, na década de 1940, sobre os impactos psicológicos do racismo em pessoas pretas e pardas de diferentes classes sociais. Bicudo (2010), ao entrevistar negros de distintas classes sociais, identificou entre eles um forte sentimento de inferioridade em relação ao branco, independentemente da posição social ou dos ganhos materiais que estes interlocutores negros tivessem obtido. Segundo Bicudo, a internalização desse sentimento de autodepreciação, por parte da população negra, é uma decorrência direta do processo histórico de discriminação e de opressão racial que essas pessoas viveram. Dessa forma, para Bicudo, a questão étnico-racial é um elemento decisivo, mais do que o da classe social, na busca por entendimento das características e dos problemas, das dinâmicas sociais brasileiras.

Segundo Bicudo:

Quanto mais subimos nas classes sociais, tanto mais aumenta a consciência de cor e tanto maior o esforço despendido para compensar o sentimento de inferioridade. Ao mesmo tempo em que se empenham em desenvolver valores pessoais, para eliminar a concepção desfavorável, procuram a autoafirmação na conquista da aceitação incondicional por parte do branco. Consequentemente resulta uma luta por status social mais árdua, dadas as barreiras das distâncias sociais na linha de cor. (...) obtêm ascensão social os indivíduos de cor dotados de inteligência e que desde a infância tiveram estímulos sociais nos contatos primários com brancos. Entretanto, a ascensão ocupacional não confere ao preto o mesmo status social do branco, consideradas as restrições demarcadas na linha de cor, ao passo que o mulato garante sua inclusão no grupo dominante, embora em sua personalidade permaneçam as consequências do conflito mental. (Bicudo, 2010, p.160).

⁴⁴ Termos aprendido a partir de trabalhos e seminários do pesquisador Wallace Lopes que sugere leituras e aprendizados do geógrafo brasileiro Milton Santos (1926-2001).

Quando Bicudo nos fala que o “mulato garante seu lugar na classe dominante”, entendo que a discussão pontua o quanto o país se utiliza da padronização de cores e corpos ideais, concepção herdada de nossa construção escravista e com ela um legado da democracia racial e da miscigenação como forma plausível para “melhorar” a raça e, conseqüentemente, as esferas sociais do país. A pele mais clara, os cabelos menos crespos e os traços menos marcados por formas largas, possuem então uma maior facilidade, ou melhor, um menor incômodo, para circular em determinados ambientes. Contudo, não acredito que a inclusão, aparentemente menos restrita, assegure uma garantia de permanência e tampouco possibilite uma posição de paridade comparada à população branca. O racismo é capaz de excluir e agregar negros a fim de esconder-se, isto é, ele escolhe os ambientes, momentos e pessoas para ocuparem posições. Contudo, a integração muito bem elaborada não exclui o racismo incrustado na própria “integração”, nem fora dela.

Por exemplo, em 2014 a modelo Nayara Justino, mulher negra escura, foi escolhida em voto popular para representar a “globeleza”, musa do carnaval. Porém, como mulher negra de pele escura e com cabelos crespos, teve um alto índice de reprovação dos telespectadores, que a ofenderam de forma excessivamente agressiva e com frases racistas. A Rede Globo de Televisão acatou o pedido de seus espectadores e trocaram Nayara Justino por Erika Moura, mulher negra de pele clara e traços mais afilados – a mudança passou pelo crivo dos então espectadores. O que quero dizer com isso? Ambas as mulheres escolhidas para ocupar o cargo de musa do carnaval da emissora televisiva Rede Globo são negras, contudo, uma de pele mais escura que a outra. Ou seja, a preferência por peles mais claras, dão ao público a ideia de miscigenação e, portanto, uma ideia da aproximação com a branquitude e, assim, uma concepção mais aceitável dentro do então padrão de beleza.

No entanto, me parece que a beleza exaltada e direcionada a Erika Moura não se estende para outros momentos fora dos dias de carnaval. Ou seja, não a vimos em campanhas publicitárias diversas, programas de TV, entre outras formas que apresentassem sua imagem. Dessa forma, a presença negra não está diretamente ligada ao poder de permanência nos variados postos que ocupam, assim como não apaga seu status “cor”. O caso de Nayara Justino e Erika Moura é apenas um exemplo para demonstrar que o racismo opera de forma sutil e, por isso, causa uma confusão identitária de pertencimento e não pertencimento social.

Lélia Gonzales (1984), escrevendo sobre quais lugares as/os negras/os ocupam no imaginário da população brasileira, observa que há a objetificação da mulher negra escura e a hipersexualização da mulher negra de pele mais clara. A autora levanta a problemática sobre lugares de pertencimentos e como eles funcionam na nossa sociedade. Discutindo o tema a partir do carnaval brasileiro, a escritora elabora um pensamento muito bem desenhado sobre como essa festa

ocasiona uma confusão mental nas mulheres negras onde ora se veem como personagens principais da história, idealizadas, vistas, elogiadas, mas ao fim do evento são esquecidas, voltam para seus trabalhos subalternizados, são consideradas não tão bonitas e preteridas.

No caso discutido acima, nota-se exatamente isso, um apagamento rápido de um momento ilustre e privilegiado da mulher negra no âmbito social. Essa dualidade não só atinge todas as mulheres negras, mas atinge de forma muito mais direta as mulheres negras de pele escura, como Nayara Justino que, por sua vez, sofreu uma violência racial extrema, ainda que ocupando um lugar destinado às mulheres negras. A exclusão demarcada da mulher negra mais escura, mesmo em uma festa na qual é considerada de valor e para a valorização da cultura negra, nos mostra como a sociedade e sua construção cultural voltada ao “outro” é frágil e mentirosa.

Para Gonzales (1984), a mulher negra escura não pode ocupar outros papéis na sociedade brasileira porque está sempre ligada à imagem solidificada da “mãe preta”, da mulher que cuida, dá amor, o lugar de mãe. Do outro lado, a negra mais clara, mestiçada, ocupa um imaginário focado na sexualização. A história e sua fixação na contemporaneidade prejudicam outros rumos para as mulheres negras, que passam a ter caminhos mais longos e tortuosos para a compreensão e aceitação de si. Com isso, mesmo ocupando lugares de prestígio as/os negras/os não estarão condicionadas/os a vantagens que os coloquem na posição “dominante” ou de igual às pessoas brancas, ainda que, inegavelmente, poderão ser mais “aceitos” em determinados lugares que as/os negras/os de pele escura.

A produção de discussão, compreensão e debates sobre os diversos assuntos relacionados à população negra, mas, mais especificamente a produção de pesquisa e trabalhos desenvolvidos por mulheres negras sobre a questão de gênero e raça, pode evidenciar especificidades de olhares singulares, mas também perspectivas similares sobre e entre elas.

Nesse sentido, Fernanda Kalianny Martins Sousa (2016) relata que ao pesquisar a trajetória da cantora Leci Brandão, notou que havia semelhanças entre sua própria história de vida com a da artista. O fato de Sousa ser, como Leci, uma mulher negra e lésbica faz com que ambas compartilhassem dificuldades, desafios e lutas, por meio desta ligação racial e de gênero. Este texto relata, portanto, minha interação com a rua, academia e transeuntes, mas sem isolar da ideia de que outras mulheres negras, por serem mulheres e negras, compartilham ou compartilharam do mesmo universo feminino negro e racista dessa e nessa cidade.

Em seu texto Sousa cita Anne McClintock, para explicar sobre as categorias de raça, gênero e sexualidade, marcadores que para elas não podem estar separados no âmbito da pesquisa e da experiência, devendo ser entendidos “em relação entre si e através dessa relação – ainda que de modos contraditórios e em conflito” (MCCLINTOCK, 2010 in SOUSA, 2016, p. 22). Sousa

destaca a importância dos marcadores sociais das diferenças, pois é a partir deles que se compreende e se apreende sobre o mundo real, levando em conta as especificidades “históricas e culturais” (STARLING & SCHWARCZ, 2006 in SOUSA, 2016, p.22). Isto é, as questões de gênero e raça necessitam ser estudadas de forma conjunta, pois dialogam de forma intrínseca e enquanto marcadores sociais das diferenças.

Seguindo caminhos abertos por tantas mulheres negras que amaciaram minhas pisadas, avisto imagens que ora me fazem persistir para que as feridas coloniais cicatrizem, ora consigo sentir que alguns remédios já estão fazendo efeito sobre elas. Enquanto mexo cada osso que constrói a estrutura esquelética de meu corpo, percebo o suor descer pelo meu rosto enquanto enxergo graffitis com obras de representações da população negra; de forma a valorizar cada curva dos fenótipos largos dos rostos, lábios e nariz – figuras grandes que reinam os muros de SP e enaltecem minha alma. Escuto gritos da favela com os Racionais Mcs, e caminho igualmente com minha bombeta e moletom, inauguro e reforço minhas escutas com novas ocupações negras estudantis no centro da cidade, e músicas negras na boca de todos que, em ambientes com palcos e plateias grandes, ressoam outros ares. Filmes de minha terra de cineastas negros, como Renato Cândido, em cartazes nos espaços públicos, além de sedes de teatros das Capulanas (Cia de Teatro Negro), grupo de mulheres negras feministas e suas artes bailando diversos territórios que vão das periferias a espaços de classe média, desfilam ruas com suas peças afrofuturistas, corroboram para mais uma vez uma imagem de mim, não minha, mas que sendo negra me representa por si e por nós, que somos negras e negros.

Penso o quanto a arte potencializa o que bell hooks (2019) chama de “lugar de resistência”. Para a autora, o olhar pode ser o instrumento crítico e opositor a todo o sistema de colonização, seu controle e dominação sobre os corpos negros. Ao falar sobre os aparatos de controle, hooks, vê no olhar a possibilidade de reconstrução do imaginário, ou seja, precisamos entender e nomear o que vemos. Observar o outro e a nós mesmos nos faz críticos do sistema segregador que a partir da imagem sistematiza e configura imaginários inferiorizantes sobre a população negra. A valorização da raça, segundo a autora, foi construída a partir de contextos da imagem, a saber o cinema, ela nos revela que parte da população negra viu ali uma forma de contestar a representação da negritude. A presente desumanização, jocosidade e elevação da supremacia branca davam aos olhares negros outro lugar, pois criticamente conscientes estabeleciam distância do que viam, assistiam e presenciavam nas artes.

Outro ponto levantado pela autora é que os críticos que trabalhavam as questões dos olhares negros opositores sobre as artes demarcadamente racistas nos Estados Unidos, pouco se

preocupavam com as questões de gênero. E entre as mulheres negras havia o silenciamento imposto. Sobre a produção de mulheres no cinema a autora escreve:

Teresa de Lauretis, baseando-se na obra de Monique Wittig, chama a atenção para o “poder que têm os discursos de violentar as pessoas, uma violência que é material e física, embora produzida por discursos abstratos e científicos, bem como pelos discursos da mídia” (hooks 2019, p. 220).

Adriana Paixão (2015), mulher negra, atriz e cientista social, ao trabalhar com a representatividade das mulheres negras no Teatro Negro, destaca a atuação das mesmas em todo o processo de construção e legitimação da arte como ambiente também possível para população negra e não com papéis inferiorizantes, mas de protagonismo. Com amplo trabalho de pesquisa sobre o TEN (Teatro Negro Brasileiro), ela evidencia o quanto a imagem feminina negra foi invisibilizada enquanto agente de resistência e luta no espaço artístico. Com destaque nas décadas de 1940 e 1950, Paixão (2015) nos escreve que tal acontecido gerou uma lacuna na história das artes do palco e televisão e afetou diretamente o imaginário das mulheres negras brasileiras. De acordo com Paixão, tanto o TEN como outros ambientes artísticos e antirracistas, promoveram um ofuscamento feminino provocado, parcialmente, por relatos e destaques gerais masculinos, os quais lançaram uma névoa sobre todo o protagonismo e o movimento de luta das mulheres negras.

Compreende-se, portanto, que não há uma ausência de resistência ou participação das mulheres negras nos mais variados âmbitos sociais, mas, sim, estratégias de dominação que buscam invisibilizá-las. Tais leituras levaram-me a um aprofundamento sobre quais foram as caminhadas das mulheres negras em São Paulo e como me encaixo nesse levante negro, no sentido de pensar como todas as mulheres negras de hoje podem de alguma forma se fortalecer e florir percursos um tanto quanto mais macios devido a outras mulheres que pouco são referenciadas ou lembradas nas histórias.

Kia Lilly Caldwell (2000) escreve e compara a situação das mulheres do Canadá, da Inglaterra e dos EUA com a das mulheres brasileira. A autora destaca em seu texto a invisibilização das mulheres negras no campo de estudos e pesquisas da mulher brasileira. Com o movimento de mulheres não brancas (*women of color*), a autora se atentou a avaliar se ele teve, ou não, interferência no processo de mudança, conscientização ou complementação aos movimentos de luta feministas no Brasil. De acordo com Caldwell (2000), a década de 1970 demonstrava uma reformulação sobre o que é ser mulher. Tal reformulação adveio da união de mulheres africanas, caribenhas e asiáticas que desafiaram modelos unitários de gênero e reivindicaram uma discussão sobre o que é “ser mulher” fora de questões hegemônicas. Sua luta relacionava e discutia as pautas femininas incluindo a questão de raça, etnia, classe e sexualidade, afastando, conseqüentemente, discussões unitárias pré-estabelecidas e tradicionais elaboradas pelas feministas brancas nas décadas de 60 e 70. Para

elucidar sobre este novo movimento feminista a autora cita o trabalho de Patrícia Hill Collins, Debora King e Cheia Sandoval, as quais defenderam a multiplicidade da consciência, ou seja, a compreensão sobre norte americanas brancas e não brancas. Para a autora, a discussão sobre o feminismo e a especificidade das mulheres negras chegou tardiamente ao Brasil e teve, de fato, forte influência e inspirações nas lutas norte americanas.

A luta da mulher negra no Brasil adquiriu maior espaço no final da década de 70 para 80. Nesse período, congressos, colóquios e outras atividades culturais de educação e pesquisas ganharam mais corpo no país. Já na década de 80 houve o Movimento de Mulheres Negras (MMN), o qual possui uma autonomização necessária para o crescimento das pautas femininas negras, onde se discutia a pluralização de identidades, espaço efervescente de diálogos, ideias e ações que atendessem as reais demandas desse grupo.

Cristiano Santos Rodrigues (2006) ao explicar o levante do feminismo negro, escreve que tal ação enegrece e sexualiza o movimento negro vigente, dando espaço para a tardia consciência do reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos. Para Karina Fanny Fernandez Arias (2005), esse movimento demonstra o interesse das mulheres negras em discutir a questão de gênero e de brigar por seus direitos.

Pensando a mulher negra na década de 80, Sueli Carneiro e Thereza Santos, escreveram *Mulher Negra*, sendo este livro, de acordo com Caldwell (2000), um produto de análise, crítica e revelações, obra mais completa sobre o status das mulheres negras no Brasil. Carneiro e Santos, durante o período de pesquisa, infelizmente, esbarraram na ausência de algumas informações e/ou informações incompletas sobre os períodos históricos e a presença e atuação feminina negra no Brasil, alguns dados estatísticos foram retirados do censo nacional de 1970 e transcorridos no censo de 1980.

Atualmente, o Movimento de Mulheres Negras (MMN) está ativo e com diversas novas reformulações. Segundo Arias (2005), houve uma reordenação de pensamento necessária pelas diversas integrantes do grupo, seguindo o entendimento que há muitas diferenças entre as mulheres negras, como valores morais, identidades, questões socioeconômicas e políticas; algo que fora excluído em um primeiro momento e que levou a desentendimentos, descontentamentos e discussões.

Para além de congressos e do Movimento de Mulheres Negras (MMN) as mulheres negras brasileiras construíram algumas frentes de lutas feministas negras atuantes nas universidades, grupos artísticos e pontualmente em datas simbólicas, como 25 de julho – data que se comemora o dia da mulher negra afro latina e caribenha e quando também acontece a marcha das mulheres negras, um dos principais eventos internacionais que discute e visibiliza o racismo e

o sexismo de mulheres negras a partir da diáspora africana. Com a máxima “nossos passos vem de longe”, de Jurema Werneck, a marcha das mulheres negras, emana e ecoa vozes marginalizadas e ofuscada pela estrutura machista e racista a qual vivemos. A ideia ancestral trazida por Werneck dialoga diretamente com o olhar sobre a história e o reconhecimento de que ela hoje ainda carrega marcas que precisam ser combatidas. Por isso, toda a garra de outrora precisa reverberar na quebra de estruturas que nossos corpos negros reconhecem como violências.

Em complemento ao tema, Maria Odila da Silva Dias (1983) apresenta no artigo “Mulheres sem história” o seguinte panorama:

Sob o pano de fundo destas formas sociais transitórias é que se articulam papéis femininos propriamente históricos, de improvisação, mudança e vir a ser, dificilmente adaptáveis aos padrões hegemônicos de comportamento das mulheres das classes dominantes, e que pouco têm a ver com a identidade abstrata do conceito de "condição feminina", como se pudesse existir, universal e fixa... Estudar papéis sociais femininos dentro de uma conjuntura socioeconômica bem definida é um primeiro passo no sentido de devolver historicidade a valores culturais eivados de conotações ideológicas, que se têm por imutáveis e fixos. (DIAS, 1983, p. 32).

Essa reflexão traz experiências das mulheres pobres, negras, forras, escravizadas e livres, do século XVIII até os dias que antecederam a abolição da escravatura. Com o intuito de sobrevivência em uma cidade incipiente, de pobreza, porém em consolidação econômica de crescimento, as mulheres tinham seus espaços sociais demarcados. Através de um levantamento de dados adquiridos em revistas, jornais e registros municipais, Dias (1983) revela depoimentos de viajantes, ocorrências policiais entre outros, um pouco da história, ou melhor, da presença das mulheres nos conteúdos de estudo sobre a cidade:

O testemunho de observadores contemporâneos, viajantes ou cronistas sobre a presença de mulheres pelas ruas da cidade constitui documento interessante, porém muito parcial. Atestam o seu vai e vem no comércio ambulante e sua presença nas igrejas, sentadas no chão, em esteiras: transmitem vislumbres da "pobreza recolhida", que aparece furtiva e quer passar despercebida; vultos escuros, enrolados em panos de baeta negra e quase nada mais acrescentam sobre suas condições de vida. (DIAS, 1983, p. 32).

Excluídas do processo de urbanização, mercado de trabalho e projeto de ascensão na cidade de São Paulo, as mulheres, ocupavam as ruas principalmente como vendedoras na comercialização de gêneros alimentícios, mas também como costureiras e prostitutas. Os preconceitos da época proibiram-nas do acesso à educação, cultura, sendo poucas e raras as oportunidades em qualquer setor empregatício assalariado.

Petrônio Domingues (2008) amplia a pesquisa sobre as mulheres negras na história nacional, mais precisamente em São Paulo, salientando a importância sobre a consciência de seu papel na pós-abolição. Preocupado com a invisibilidade da imagem feminina no cenário político social e na luta antirracista, ele destaca que a atuação das mulheres não foi pouca e merece ganhar lembrança e estudo.

Sua pesquisa se dá a partir da reconstituição da FNB - Frente Negra Brasileira, pois, segundo ele, tanto a história das Frentes Negras como a contada em toda formação escolar está carente de informações sobre as mulheres. O autor escreve que a FNB apresenta uma imagem predominantemente masculina, como se os grupos fossem formados e integrados apenas por homens. Não obstante, argumenta que alguns estudos mostram que as mulheres eram maioria nos grupos. Considerada a FNB a maior entidade antirracista da história do país pós-abolição, a Frente Negra, seja por questões de época, seja por acreditar que era pauta secundária, colocavam as mulheres, mais uma vez em escalas abaixo de toda uma conjuntura política. As mulheres negras, não aparecem nas pesquisas como atuantes ou destaques da/na luta e durante toda a existência do movimento da Frente Negra. Nomeadas como “frentenegrinas” desempenhavam atividades secundárias e eram vistas como submissas e “sexo frágil”⁴⁵, ocupando cargos de menor importância. Contudo, colaboraram de forma massiva, na medida em que puderam, para o fortalecimento e justiça para a população negra.

Parte da população negra durante o período da pós-abolição, criou além das Frentes Negras, grêmios e associações que ofertavam atividades recreativas, praticavam ações cívicas e beneficentes. Contudo, grande maioria eram regidas por estatutos, sob cuidados de presidentes e auxiliado por diretorias masculinas. Nas palavras de Domingues:

Algumas associações publicavam jornais e mantinham uma diretoria de “damas”, como era o caso do O Kosmos e da Sociedade 15 de Novembro. Quatro delas eram formadas estritamente por mulheres, a Sociedade Brinco das Princesas, o Grêmio Recreativo Rainha Paulista, o Grêmio Recreativo 8 de Abril e o Grupo das que não ligam importância. (DOMINGUES, 2008, p. 348).

Domingues ressalta que o machismo era constante:

Uma característica da imprensa negra foi o predomínio absoluto dos homens. No levantamento realizado entre 1907 e 1937, Regina Pinto verificou que apenas 15 dos 244 colaboradores eram mulheres. A mulher também esteve ausente dos cargos de chefia: “apenas uma mulher integrou o corpo editorial do jornal O Participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil 350 Clarim em 1935, exercendo a função de redatora” (Pinto, 1993:64). Um editorial do jornal Getulino definia o papel social da mulher: “a mulher foi criada para mãe, para doce companheira do homem, e nesse sentido, a sua constituição física e moral é para o completo desenvolvimento dessa missão” (Getulino, 02/09/1923:1). O machismo ficava mais explícito em O Clarim da Alvorada, na medida em que se propagava uma concepção de família de modelo patriarcal: A grande obra da ação negra no Brasil deve começar pela família pois que é ela a célula-mãe de toda a sociedade civil. E a família é a união do varão e a esposa com seus filhos, debaixo do governo do varão (O Clarim da Alvorada, 13/05/1927:3). (DOMINGUES, 2008, p. 349).

Sobre a exclusão social da mulher negra e a relação com a pobreza, o autor lembra da pesquisa de Florestan Fernandes (*in* DOMINGUES, 2008) realizada entre no final do século XX,

⁴⁵ Segundo Domingues (2008), o jornal *Voz da raça* classificava a mulher como sexo frágil e com o pensamento de submissão e colocadas no papel de donas de casa, elaboraram uma coluna fixa com receitas e dicas para se tornarem boas donas de casa.

quando descreveu cuidadosamente os detalhes das vidas das mulheres negras em seus contextos familiares, domésticos, sociais, mostrando seu cotidiano de luta quase que sozinha para o sustento da família:

A mulher negra avulta, nesse período, (...) como a artífice da sobrevivência dos filhos e até dos maridos ou “companheiros”. Sem a sua cooperação e suas possibilidades de ganho, fornecidas pelos empregos domésticos, boa parte da “população de cor” teria sucumbido ou refluído para outras áreas. Heroína muda e paciente, mais não podia fazer senão resguardar os frutos de suas entranhas: manter com vida aqueles a quem dera a vida! Desamparada, incompreendida e detratada, travou quase sozinha a dura batalha pelo direito de ser mãe (...). Nos piores contratempos, ela era o “pão” e o “espírito”, consolava, fornecia o calor do carinho e a luz da esperança. Ninguém pode olhar para essa fase do nosso passado, sem enternecer-se diante da imensa grandeza humana das humildes “domésticas de cor”, agentes a um tempo da propagação e da salvação do seu povo (FERNANDES *in* DOMINGUES, 2008, p. 354).

Tal concepção, mesmo que verdadeira, estabelece que toda mulher negra é forte e trabalhadora, “mãe preta” capaz de salvação. É real a força de trabalho da mulher, mas é importante também colocá-la sob outra perspectiva de luta, como, por exemplo, nas ações desenvolvidas politicamente, como também legitimar sua humanidade, seus sentimentos, dor, cansaço e outros adjetivos possíveis a qualquer pessoa.

Domingues destaca algumas frentes feministas da Frente Negra, como a “Rosas Negras”, a “Diretoria das senhoras da delegação de MG” e, também, a “Cruzada Feminina”. Segundo o autor, as mesmas não eram suficientes para garantir uma maior visibilidade feminina e igualdade dentro da instituição, até porque nenhum dos seus cargos diretivos eram ocupados por mulheres.

Sendo sensível à atuação da mulher na luta pela sua sobrevivência, na luta antirracista e por um lugar de pertencimento, seja na rua com seus tabuleiros de alimentos ou qualquer outro produto de comércio, nas ocupações dos movimentos de frentes de lutas negras, tenho consciência que o caminho para que eu, hoje, possa escrever este artigo, foi árduo e, por isso, gostaria de honrar essas mulheres. Nas costas além da mochila, câmera fotográfica e um caderno de campo, carrego a força de todas as Tarcílias⁴⁶ de São Paulo, e do mundo. Estar na estrada da vida, na rua, enquanto pesquisadora, me permite a partir de um olhar sensível sobre esse espaço social degradante, segregado, mas, também rico, cheio de manifestações de culturas, possibilidades, adquirir conhecimentos, assim como compreensão sobre mim, sobre o que me rodeia e o que constitui a história negra no passado e presente, visto que há novas formulações de representações, ocupações, imaginários e consciências da imagem e população negra na/da cidade de São Paulo.

⁴⁶ Tarcília Ambrósio, mulher preta, carioca, jogueira, minha avó paterna. Lutou pela emancipação da mulher, pela liberdade, justiça e igualdade de gênero e raça, lutou até o seu último respiro, me ensinou a militar, ser ativista, e, principalmente: me ensinou o que é ser mulher forte na cidade que se diz “cidade das oportunidades”, mas que dá chance para quem?

Observar, sentir, refletir e escrever uma história sobre a atualidade é poder lembrar mais uma vez a história da mulher negra enquanto atuante de luta não deixando escapar mais uma vez explicações, como nos ressalva Lélia Gonzales:

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. (Gonzales, 1984, p. 225).

Enquanto pesquisadora e estudante acredito que a educação, os novos questionamentos sobre a história de todos os grupos minoritarizados, definem e modulam a mudança da história, porque “a margem é um lugar que alimenta a capacidade de resistir, transformar e imaginar novos mundos e novos discursos” (SOUSA, 2016, p. 43).

A experiência da população negra na Universidade se dá ainda com um número ínfimo de negros nas salas de aulas, quando não são evadidos⁴⁷ por conta das condições financeiras que não permitem a continuidade no curso, os problemas psicológicos advindos das verdadeiras torturas raciais institucionalizadas, a resultante ou já existente baixa autoestima, entre outros legados das violências, muitas vezes exercidas pelos professores/as, em sua maioria homens brancos.

Como diz o escritor Alex Ratts:

(...) acreditamos que o racismo influencia na constituição dos lugares, uma vez que é aí onde o corpo negro está, é percebido/percebe, é significado/significa e é colocado em encontro/confronto. Em linhas gerais, é no lugar onde convergem as experiências e vivências determinadas pelo racismo, que atuam como fator influenciador em experiências topofóbicas e topofílicas desenvolvidas pelos indivíduos. Apesar de Negros/as vivenciarem o Lugar de forma diferencial, há uma unidade na experiência grupal destes no espaço; apesar de possuírem espacialidades – diríamos, “lugaridades” – diferenciadas, percebemos que as experiências socioraciais destes possuem algumas semelhanças. (RATTS, 2006, p. 45).

Sueli Carneiro escreve no prefácio de *Eu sou Atlântica*, livro de Alex Ratts (2006), obra sobre Beatriz Nascimento⁴⁸: “Beatriz Nascimento libertou a negritude do aprisionamento acadêmico do passado escravista, atualizando signos e construindo novos conceitos e abordagens” (CARNEIRO, 2006, p.11).

Tenho a audácia de me considerar fruto dessa possível libertação escravista da qual Beatriz Nascimento fala. Não há como negar uma história e nem seus resquícios. Todavia, há

⁴⁷ Dados do IBGE mostram que 4 em cada 10 alunos negros não concluíram o Ensino Médio. E entre as mulheres negras a porcentagem chega ao número de 33%.

⁴⁸ Maria Beatriz Nascimento, mulher negra, intelectual, historiadora, pesquisadora, ativista no movimentos de homens e mulheres negras, professora influente nas causas raciais.

possibilidades de discuti-la na atualidade, reformular e compreender seus paradigmas e discutir o hoje.

Assim, me atento quase que sem piscar a todas as imagens diversas na e da cidade, os diferentes contextos urbanos por onde passo, e me questiono: o que me sensibiliza e me transforma nisso tudo? De forma complementar, me organizo enquanto mulher negra a também desconstruir a ilusão da objetividade totalizante dos campos científicos.

Acordando com Donna Haraway e seus argumentos em que a visão pode ser um sistema de percepção ativo que constrói traduções e modos específicos de ver, se constituindo a partir de corpos localizados no espaço e dotados de experiência, quebro o teto de vidro da ideia de um sujeito que transcende, que observa do alto ou de lugar nenhum, pois isso sim deve ser entendido como uma ilusão. E não o racismo inexistente na cultura brasileira. Tratemos, portanto, de um saber que localiza quem vê e que representa, submetendo também o sujeito que produz conhecimento à representação, à crítica e à responsabilidade pelo que vê (HARAWAY, 1995, p. 23).

O meu corpo é, portanto, localizado numa cidade embranquecida e que se quer branca. Contudo, utilizando o termo copografia de Silvana Nascimento (2016), posso concluir que o meu corpo mapa, corpo cidade e identidade, é um corpo descoberto em outras mulheres pretas – vivo o movimento de outros corpos e mantenho o movimento circular político de mudanças ainda miúdas, mas tão significantes. E se a poesia me permite ser dual, acredito que as mudanças miúdas também são enormes, visto que cada conquista nem sempre tem medidas, pois são conquistas e toda conquista nos cabe em um pódio. Superação. Por fim, acredito que o processo de caminhadas do outro lado das várias pontes e muros dessa cidade tão imaginada, querida e identificada como megalópole, também é inóspita, mas não vencida, pois nós negras estamos nas caladas sem nos calarmos. E este texto não é o fim.

Referências bibliográficas

AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade: Lugares, Situações, Movimentos**. Tradução de Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Ed. Terceiro Nome. 2004 La Sagesse de L'ethnologue. Paris, Ed. L'oeil neuf

ARIAS, Karina Fanny Fernandez. **Mulher Negra na Política: Imagem Veiculada na imprensa**. Dissertação (mestrado), Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, 2005.

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. São Paulo; Maceió: Unesp; Ufal, 2010.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Editora Nacional, 1959.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan: **Branços e Negros em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

BICUDO, Virgínia Leone. **Estudo de Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. Dissertação (Mestrado). Escola Livre de Sociologia e Política.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Periódicos UFSC**, v. 8, n. 2, 2000.

CARNEIRO, Sueli. Prefácio. In: RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Kuanza, 2006

DIAS, Maria Odila da Silva Dias. Mulheres sem história. **Revista de História**, São Paulo, n. 114, 1983.

DOMINGUES, Petrônio, **Um “templo de luz”**: Frente Negra Brasileira (1931 - 1937) e a questão da educação. Revista brasileira, v. 13, n.39, set./dez. 2008

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978. Vol. 1 e 2.

FERNANDES, Florestan. **“Do Escravo ao Cidadão”**, in Bastide, Roger e Fernandes, Florestan (org), **Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo**. São Paulo: UNESCO/Anhembi, 1955.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **O recente anti racismo brasileiro**: o que dizem os jornais diários. Revista USP, São Paulo, n. 28, p. 84-95, dezembro/fevereiro 95/96.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, n. 5, p. 7-11, 1995.

HOOKS, bell. **Olhares Negros, raça e representação**. Elefante editora, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódio de Racismo Cotidiano. Cobongó, 4ª edição, 2019.

NASCIMENTO, Silvana. A cidade no corpo: diálogos entre corpografia e etnografia. **Revista Ponto Urbe**, n. 19, 2016.

PAIXÃO, Adriana Pereira da. **Capulanas , mulheres negras tecendo Artes**: Teatro Negro, Gênero e Etnicidade. Monografia (graduação), Universidade de São Paulo-USP, SP, 2015.

RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Kuanza, 2006

RODRIGUES, Cristiano Santos. **As fronteiras entre a raça e gênero na cena pública brasileira**: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, MG, 2006.

SOUSA, Fernanda Kalianny Martins. **A filha da Dona Lecy**!: estudo da trajetória de Leci Brandão. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo - USP, SP, 2016.